



Jornal Notícias

13-03-2016

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 110603

Temática: Saúde

Dimensão: 2709

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/4/5

- Há 165 mil aplicações mas ninguém fiscaliza segurança da informação
- Ministério aponta exemplo britânico e promete solução ainda este ano p. 4 e 5

Diagnóstico e tratamento por telemóvel são um risco para a saúde

Primeiro Plano



Aplicações validadas pelo SNS

TE.M.S Tempos médios de espera nas urgências

Aplicação gratuita que disponibiliza informação sobre o tempo médio de espera nas urgências dos hospitais do SNS. Lançada pelo Executivo anterior, esta "app" tem agora mais hospitais a partilhar informação.



eMed.pt Mostra preços dos medicamentos

A aplicação eMed.pt permite aos utentes consultar os preços dos medicamentos vendidos nas farmácias e saber quais são os mais baratos. Esta "app" é disponibilizada pela Autoridade do Medicamento (Infarmed).



Smartphones Há milhares de aplicações para descarregar nos telemóveis mas ninguém valida a qualidade e a segurança da informação

Saúde “Apps” sem controlo

Inês Schreck
ines@jn.pt

► Aproxime-se do “smartphone” e tussa repetidamente para o microfone. Em seguida, toque em “terminar teste” e veja o resultado e o xarope sugerido. Dores de cabeça, febre? Há aplicações que lhe indicam o que deve fazer para minorar os sintomas. Nas lojas dos sistemas operativos android ou ios não faltam “apps” que prometem ajudas nos diagnósticos médicos. São de confiança? Não se sabe. E quem controla a qualidade e segurança dos dados? Ninguém.

A “saúde móvel” – termo que engloba as práticas médicas apoiadas por dispositivos como os telemóveis, bem como as aplicações – está a explodir. Em setembro do ano passado, havia mais de 165 mil “apps” de saúde, a maioria inúteis e muitas feitas sem acompanhamento de profissionais de saúde.

A maior parte são inofensivas para o utilizador, limitando-se a motivar para a adoção de hábitos de vida saudáveis ou, por exemplo, a lembrar a toma de medicamentos. Mas há outras que vão mais longe e arriscam fazer diagnósticos e aconselhar tratamentos. Urge “separar o trigo do joio”, admitem especialistas ouvidos pelo IN.

“A realidade andou a uma velocidade que a legislação não conseguiu acompanhar”, reconhece Ricardo Correia. O professor do Centro de Investigação em Tecnologias e Sistemas de Informação em Saúde (Cintesis) da Faculdade de

Saúde móvel Aplicações podem ajudar a economizar 99 mil milhões em 2017

● A Comissão Europeia (CE) vê nas aplicações de saúde uma solução para tornar mais eficiente e económica a prestação de cuidados. Um estudo, citado pela CE no livro verde da saúde móvel, estima que, em 2017, aquela poderá reduzir 99 mil milhões de euros às despesas de saúde na União Europeia. “As maiores poupanças far-se-ão nos domínios do bem-estar/prevenção (69 mil milhões de euros)”, refere a Comissão. Ao JN, a tutela refere que o país “esteve pouco ativo” durante o Governo anterior e que, para recuperar o tempo perdido, estão em curso abordagens que visam promover a qualificação dos cuidados domiciliários, o envolvimento e qualificação dos cuidadores informais, a monitorização e acompanhamento da doença crónica, a prestação de serviços de saúde de proximidade, entre outros.

Medicina da Universidade do Porto defende a regulação do setor pela tutela, através da validação das “apps” de qualidade, seguras e úteis para o utilizador, à semelhança do que tem sido feito pelo sistema nacional de saúde inglês.

O Infarmed seria, na opinião de Ricardo Correia, a entidade em melhores condições para fazer a regulação do setor.

Mas, em resposta ao IN, o Ministério da Saúde adiantou que será a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) a assumir este papel, em coordenação com outros organismos, nomeadamente o Infarmed, a Direção-Geral da Saúde, o INEM, entre outras.

A tutela esclareceu ainda que tenciona seguir o exemplo britânico e que ainda este ano haverá resultados na questão da validação das “apps”. “O verdadeiro desafio é proporcionar a informação, os serviços e as aplicações que mereçam ter a confiança dos cidadãos e da sociedade”, refere José Carlos Nascimento, responsável pelas tecnologias da informação do Ministério da Saúde.

“Esta evolução da medicina digital não é parável. É uma das gran-



Dador Saber como estão as reservas de sangue

É uma "app" do Instituto Português do Sangue e da Transplantação que dá informação sobre os locais de dádava e atualiza o estado das reservas nacionais pelos vários tipos de sangue.



Dador S. João Hospital mais perto de quem dá

O S. João foi o primeiro hospital a desenvolver uma "app" para manter uma relação de proximidade com os dadores de sangue. Os hospitais de Vila Nova de Gaia e de Vila Franca de Xira seguiram-lhe o exemplo.



73% dos países não regulam apps

A Organização Mundial da Saúde apelou recentemente aos países europeus para investirem na saúde eletrónica, pelo seu potencial para salvar vidas e poupar dinheiro. A OMS destacou que a área da saúde móvel, está a crescer – 22 países têm programas de m-saúde apoiados pelo Governo –, mas a crescente utilização não tem sido acompanhada de regulação: 73% dos países inquiridos (33 estados-membros) não têm uma entidade responsável pela supervisão da qualidade, segurança e fiabilidade das aplicações móveis e apenas três países fizeram uma avaliação dos programas apoiados pelo Governo.



des falhas que temos neste momento – e a Ordem dos Médicos também está a falhar – é na regulação desta área”, corrobora Miguel Guimarães, presidente da Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos (ler caixa).

Não há garantias de segurança

Por enquanto, além de Inglaterra e dos Estados Unidos, poucos países têm procurado controlar as "apps" de saúde. A Comissão Europeia publicou, em 2014, o livro verde sobre a saúde móvel, onde destaca o enorme potencial destas aplicações na melhoria da eficiência dos sistemas de saúde e da promoção da saúde (ler caixa ao lado). O mesmo documento alerta, contudo, para os riscos de segurança dos dados inseridos nestas "apps".

“É impossível garantir a segurança a 100% dos dados que introduzimos nas "apps"”, assegura Eduardo Correia, professor do departamento de Ciência de Computadores da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Ainda é pior quando os utilizadores aceitam que as aplicações acedam às fotografias, localização e ficheiros do telemóvel. “Há 'apps' muito agressivas que acedem a informação de outras 'apps' e estudam os nossos comportamentos”, afirma Eduardo Correia, explicando que estes dados (sem os nomes dos utilizadores), incluindo os clínicos, são depois vendidos à indústria publicitária, farmacêutica e até seguradoras, para análise de tendências e comportamentos de grupos.

“Hoje em dia, estes dados parecem inócuos, mas não sabemos o que vai acontecer daqui a 30 anos. Podemos ter um regime ditatorial e a informação virar-se contra nós”, alerta o especialista em cibersegurança da Universidade do Porto. Eduardo Correia aconselha os utilizadores a pensarem no que estão a receber em troca, quando descarregam uma aplicação. “Quem faz as 'apps' deve explicar o negócio que está por trás e as pessoas decidem se querem ou não. O utilizador não deve ser infantilizado”, conclui. ●

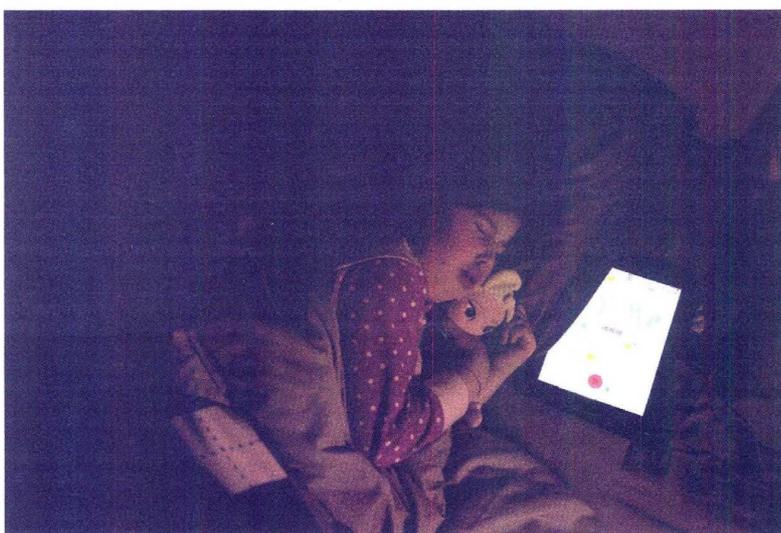
vozes :

Alexandra Bento
 Bastonária da Ordem dos Nutricionistas

● Há milhares de "apps" para ajudar a perder peso. A Ordem dos Nutricionistas admite que até podem ser uma boa ferramenta, se forem desenvolvidas com apoio técnico-científico de nutricionistas e promovam o devido apoio profissional. “Contudo, o que se verifica é que parte destas aplicações funcionam em interação direta com o utilizador, sem qualquer apoio do nutricionista, podendo assim colocar em risco a sua saúde”, avisa Alexandra Bento. Há aplicações que “carecem de base científica para as recomendações que sugerem” e “também do devido acompanhamento”. Muitas sugerem dietas sem ter em conta se o utilizador sofre de alguma doença ou se toma medicação.

Miguel Guimarães
 Presidente da Secção Regional Norte da Ordem dos Médicos

● As "apps" de saúde são uma extensão da Internet e vieram para ficar, trazendo vantagens e desvantagens. Miguel Guimarães acredita no potencial destas aplicações que nos Estados Unidos já são usadas pelos médicos para monitorizar doentes crónicos à distância, mas lembra que há uma fronteira que não pode ser cruzada: “Não podem sugerir diagnósticos nem tratamentos”, refere o médico, frisando que nenhum computador é atualmente capaz de o fazer com exatidão. As aplicações precisam de ser reguladas, reconhece Miguel Guimarães, mas têm potencial para alterar o paradigma da saúde em Portugal, aumentando a literacia, centrando os cuidados no doente e responsabilizando-o pela sua saúde.



Aplicação móvel ainda em fase de testes guarda num ficheiro os sons que identifica como tosse e envia-os para médico

Grava tosse para médico avaliar

▶ A tosse nas crianças é um dos principais motivos para consultas com pediatras e alergologistas. Os pais têm dificuldade em distinguir o tipo de tosse dos filhos, temem complicações respiratórias e, muitas vezes, não sabem dizer com exactidão se os seus pequenos tosse ou não durante a noite.

Eis a razão que levou especialistas do Centro de Investigação em Tecnologias e Sistemas de Informação em Saúde (Cintesis) da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP) a desenvolver uma aplicação móvel gratuita que promete ajudar pais e médicos a lidar com a tosse das crianças.

A Coughapp ainda está em fase de testes. Desenvolvida em meio académico, esta "app" recorre ao microfone do telemóvel ou do "tablet" para gravar o som da criança e guardar toda a informação sonora que identifica como tosse. O ficheiro é depois enviado por email para o médico da criança (terá que

dar autorização), que fará a análise quantitativa e qualificativa da tosse do doente durante a noite. Esta gravação durante várias noites permite também analisar a evolução da tosse na criança e a resposta a eventuais tratamentos.

“É uma medida adicional de informação objetiva para o médico”, explica João Fonseca, imunoalergologista e professor do Cintesis. Habitado a atender pais que têm dificuldades em descrever a tosse dos filhos, sobretudo se os sintomas se prolongarem há mais de uma semana, o médico acredita que a Coughapp pode ajudar na tomada de decisões.

“App” quer ajudar o médico a avaliar a tosse da criança durante a noite

“Melhor informação provoca melhores decisões e aumenta a responsabilidade de todos nos cuidados de saúde”, defende João Fonseca.

No caso de não haver médico assistente disponível para analisar o teste, a Coughapp poderá enviar o ficheiro sonoro para técnicos de diagnóstico (cardiopneumologia) fazerem o respetivo relatório. Este poderá ser o modelo de negócio da aplicação que, antes de entrar no mercado, quer validar a "app" junto de entidades, nomeadamente a Comissão Nacional de Proteção de Dados. Está previsto que a aplicação tenha também uma versão para adultos.

O Cintesis já tem várias experiências com "apps" de saúde, nomeadamente na área da asma e da rinite, da diabetes e da artrite reumatoide. Desenvolveu ainda uma aplicação, apenas em uso no Brasil, para ajudar no diagnóstico do cancro oral. ●

